



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1, DE 2023

(Do Poder Executivo)

Mensagem nº 759/2023
Ofício nº 779/2022

Institui a Política Nacional de Longo Prazo.

DESPACHO:

Retirado o PL n. 1/2023, em razão do deferimento da MSC 136/2023, nos termos do artigo 104, caput, combinado com o artigo 114, VII, ambos do RICD.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI

Institui a Política Nacional de Longo Prazo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Longo Prazo - PNL, constante do Anexo desta Lei, em observância ao disposto no inciso IX do **caput** do art. 21 e no § 1º do art. 174 da Constituição.

Art. 2º A PNL dispõe sobre os fundamentos e os objetivos nacionais aplicáveis ao planejamento estratégico de longo prazo da administração pública direta, autárquica e fundacional.

Art. 3º São fundamentos da PNL:

- I - garantir a soberania nacional;
- II - promover o desenvolvimento nacional;
- III - reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover a transparência e a participação social; e
- V - estimular o diálogo e a cooperação federativa.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - assuntos estratégicos nacionais - áreas temáticas com as quais o País se ocupa prioritária e permanentemente e que se configuram como base, vetor e foco de convergência na manutenção da soberania nacional em defesa, segurança e desenvolvimento;

II - Centro de Governo - órgãos que compõem o comitê da alta administração do Poder Executivo federal e que prestem apoio ao Chefe do Executivo, geralmente para coordenação política e técnica das ações de governo,

do planejamento estratégico, do monitoramento do desempenho e da comunicação das decisões e dos resultados do governo;

III - estratégia - documento que contém a visão estratégica em níveis federal, estadual, distrital, municipal ou setorial, a partir da perspectiva governamental, apoiado por políticas públicas e objetivos detalhados;

IV - gestão de riscos - processo de natureza permanente, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar o desenvolvimento nacional, e é estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração e destinado a mitigar os riscos de forma adequada quanto à realização dos objetivos;

V - objetivos nacionais de longo prazo - declarações textuais por meio da qual os objetivos se realizam, permanentemente, pela nação brasileira, no âmbito de determinado assunto estratégico, ordenados e priorizados de acordo com sua relevância para o desenvolvimento em espaço de tempo e conjuntura delimitados;

VI - plano nacional estratégico - instrumento de planejamento, a ser elaborado pelo governo eleito, com abrangência nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, durante o primeiro ano de mandato, a vigorar a partir do segundo ano de mandato, pelos doze anos subsequentes e revisto a cada quatro anos, contemplados os objetivos, as metas, os indicadores e as ações estratégicas a serem executadas;

VII - política - instrumento de planejamento por meio do qual os governos declaram os grandes objetivos, as bases e as orientações para os planejamentos nacional, estadual, distrital e municipal;

VIII - políticas públicas - ações, programas ou decisões tomadas pelo governo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, para implementação de assunto ou de tema relevante;

IX - sistema de planejamento de longo prazo - conjunto de órgãos independentes, mas inter-relacionados, com a finalidade de desempenhar as funções de elaboração, de coordenação, de monitoramento, de avaliação e de revisão das atividades atinentes ao processo de planejamento do desenvolvimento nacional; e

XVI - sistema de planejamento estratégico de longo prazo - organização e ordenamento de atividades, de instrumentos e de responsabilidades, com vistas ao desenvolvimento das diversas fases do ciclo do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, a saber, formulação, implementação, monitoramento, avaliação e revisão.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE LONGO PRAZO



Art. 5º A PNLP, na forma do disposto no § 1º do art. 174 da Constituição, com horizonte temporal de trinta e seis anos, estabelecerá os Assuntos Estratégicos Nacionais - AEN, os Objetivos Nacionais de Longo Prazo -ONLP e o marco inicial de vigência para a contagem de prazos relativos ao planejamento estratégico de longo prazo.

Art. 6º A PNLP será revista a cada doze anos, contados da sua aprovação, mediante estudo que fundamente a necessidade estratégica de alteração ou de aperfeiçoamento.

Parágrafo único. A PNLP será excepcionalmente revista quando ficar comprovada a necessidade estratégica de ajuste ou de aperfeiçoamento, em função de eventos aleatórios ou excepcionais que indiquem alteração significativa na conjuntura e nos cenários prospectivos que afetem a definição dos objetivos nacionais de longo prazo.

Art. 7º A proposta de elaboração e de revisão da PNLP será coordenada pelo órgão central responsável pelo planejamento estratégico nacional de longo prazo, que a submeterá ao Centro de Governo.

Parágrafo único. A Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República é o órgão central responsável pelo planejamento nacional de longo prazo, à qual compete:

I - a coordenação da elaboração e da revisão dos pré-requisitos mínimos da PNLP; e

II - a coordenação para o alinhamento e a coerência de esforços entre os entes governamentais participantes da proposta da PNLP em seus processos revisionais.

Art. 8º A proposta da PNLP e a sua revisão estarão fundamentados em relatório circunstanciado.

Parágrafo único. O relatório circunstanciado deverá abordar os seguintes aspectos:

I - avaliação das tendências e dos cenários prospectivos nacionais e internacionais;

II - assuntos estratégicos nacionais que o embasem, os quais constituem vetores e focos de convergência para o desenvolvimento nacional;

III - avaliação da conjuntura nacional para os temas correlatos às tendências consideradas;

IV - vantagens competitivas e vocações nacionais e regionais;

V - riscos e desalinhamentos entre as tendências e a conjuntura nacional;

VI - possibilidade de ocorrência de evento aleatório ou excepcional que impacte a PNLP e indique a necessidade estratégica de alteração de objetivos e de diretrizes; e



VII - objetivos nacionais estratégicos elencados com base na análise das conjunturas nacional e internacional e dos respectivos cenários prospectivos.

Art. 9º A PNLP, a partir dos objetivos e das bases nela estabelecidos, vincula os entes da administração pública na elaboração de suas políticas, estratégias, planos e ações nacionais, regionais ou setoriais específicos, a cargo de cada ente, nos seus respectivos âmbitos de atuação.

Parágrafo único. A elaboração das estratégias vinculadas à PNLP deverá possibilitar a integração, a sinergia, a transversalidade e a convergência com os ONLP definidos.

CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

Art. 10. As unidades organizacionais da administração pública direta, autárquica e fundacional deverão elaborar seus planejamentos estratégicos, com observância ao disposto nesta Lei.

Art. 11. O planejamento estratégico de longo prazo, determinante para o setor público e orientador para a iniciativa privada, é composto pelos seguintes instrumentos balizadores:

- I - Política Nacional de Longo Prazo;
- II - Estratégia Nacional de Longo Prazo; e
- III - Plano Nacional Estratégico.

Parágrafo único. Os demais instrumentos de planejamento estratégico existentes, tais como as políticas e as estratégias nacionais, setoriais e regionais da administração pública direta, autárquica e fundacional, em especial os previstos em lei específica, deverão alinhar seus instrumentos de planejamento estratégico e adequá-los aos tipos e aos requisitos dos instrumentos de longo prazo previstos no **caput** e em conformidade com o disposto nesta Lei.

Art. 12. A gestão dos instrumentos do planejamento estratégico de longo prazo compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão de seus atributos.

Art. 13. A alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistemas de avaliação de execução e de gestão de riscos.

Art. 14. O planejamento estratégico nacional de longo prazo deverá observar, a partir do marco inicial da vigência da PNLP, um ciclo temporal não inferior a trinta e seis anos.

CAPÍTULO IV



DISPOSIÇÕES FINAIS, ESPECÍFICAS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. O Poder Executivo deverá estabelecer as bases e estruturas do Sistema de Planejamento Estratégico de Longo Prazo e sua sistemática, com a finalidade de executar as atividades relacionadas à execução da PNL, dentre elas:

I - organizar, implementar e gerir o Sistema de Planejamento Estratégico Nacional de Longo Prazo;

II - formular, implementar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação da PNL;

III - formular, coordenar, monitorar e avaliar estratégias nacionais, setoriais e regionais para o desenvolvimento da PNL;

IV - formular, implementar, monitorar e avaliar planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento; e

V - promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com vistas à compatibilização de normas e de atividades.

Art. 16. Os setores de planejamento estratégico da administração pública direta, autárquica e fundacional nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, como unidades operacionais integrantes do Sistema de Planejamento Estratégico de Longo Prazo, realizarão, no prazo de trezentos e sessenta dias, a revisão dos planos estratégicos institucionais de forma a alinhá-los às políticas, às estratégias e aos planos nacionais, setoriais e regionais.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PL-POLÍTICA NACIONAL DE LONGO PRAZO



ANEXO

Política Nacional de Longo Prazo

I - Apresentação da Política Nacional de Longo Prazo

1. Introdução

O mundo desenvolvido tem consolidado o entendimento da importância que se deve dar ao planejamento com foco no longo prazo, pensando de forma estratégica em como construir o seu futuro.

Quando se abdica de planejar, definir objetivos ou elaborar uma estratégia para o futuro, aceita-se deixar que o desenrolar dos acontecimentos dite o comportamento, tornando-se vulnerável às crises e permitindo que o futuro seja decidido por interesses de outros atores ou alterado por ocorrências fortuitas, bem como determinando-se o rumo que se irá trilhar apenas de forma reativa às forças contrárias e suas consequências, o que impede a construção das bases necessárias ao desenvolvimento.

Pensar no futuro e preparar o progresso e o desenvolvimento do país é responsabilidade do Estado, não apenas de um governo específico, pois o tempo transcorrido no longo prazo abrange várias legislaturas e mandatos governamentais. Por isso, este documento foi elaborado a partir de uma perspectiva de Estado, colocando o rigor metodológico e a evidência empírica antes de qualquer posição política.

O Brasil de hoje ainda possui deficiências e desafios que, se não forem superados nas próximas décadas, continuarão a ser obstáculos que reduzirão a nossa capacidade de crescimento. Um país não pode se dar ao luxo de não planejar com foco no longo, médio e curto prazo em harmonia, sob pena de causar graves danos a seus bens e interesses, até mesmo à sua soberania.

Assim, a Política Nacional de Longo Prazo (PNLP) apresenta-se como uma declaração do Estado brasileiro, com priorização estratégica de temas que precisam ser tratados como base para o desenvolvimento, constituindo um marco referencial norteador. A PNLN afirma a visão de longo prazo do país e orienta o alinhamento estratégico nas três esferas governamentais, indicando os objetivos nacionais que a República Federativa do Brasil deseja alcançar em 36 anos.

Ela é o resultado dos esforços conjugados do poder público e da sociedade, tendo-se em vista que o planejamento, como ferramenta integradora e sistêmica para o desenvolvimento, com visão e perspectiva de longo prazo, representa um projeto de nação que repercute por todos os instrumentos de ação estatal.

Nesse ínterim, as orientações e sugestões advindas dos órgãos de controle da República Federativa do Brasil, em nível federal, são acatadas considerando-se as melhores práticas de planejamento estratégico de longo prazo disponíveis nos setores público e privado, inclusive com os casos bem-sucedidos de



democracias que planejam várias décadas à frente, sobre todos os temas estratégicos de seu interesse.

Para tanto, a PNLP traz em seu texto uma análise de conjuntura (onde estamos), o desenvolvimento de cenários prospectivos, o que se precisa trabalhar (opções estratégicas) e aponta caminhos para construir o futuro almejado (orientações e caminhos que devem ser tomados).

Tem por base um conjunto de pilares temáticos que reúnem os assuntos considerados prioritários e estratégicos para o país, e que proporciona melhoria no alinhamento, na integração e na sinergia com o seu desenvolvimento, para que a República atinja os resultados almejados no seu planejamento, conforme a orientação delineada na Carta Magna brasileira de 1988, em seu artigo 174, parágrafo 1º.

As dimensões continentais do Brasil, com sua ampla riqueza em recursos naturais e suas vastas potencialidades humanas criativas, necessitam de uma diretriz que contemple o longo prazo em planejamento, de maneira que seu crescimento se realize de modo contínuo e sustentável.

Ademais, aspirações nacionais, tais como a acessão do país à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ficam facilitadas pensando-se o longo prazo com estratégia e método, sendo, dessa maneira, um dos pré-requisitos para essa e outras conquistas.

Portanto, para se construir o futuro na busca do desenvolvimento brasileiro, torna-se fundamental que o planejamento estratégico de longo prazo seja realizado de forma organizada e coordenada, de maneira que propicie a consecução dos objetivos do Estado, resgatando iniciativas que, de forma decisiva, permitam:

- a) a retomada do pensamento nacional estratégico;
- b) o fortalecimento do centro de governo;
- c) a definição consensual e estratégica de grandes objetivos nacionais;
- d) a priorização dos objetivos nacionais, frente à conjuntura, às tendências, aos desafios e aos cenários prospectivos;
- e) a proposição de orientações para o planejamento estratégico de longo prazo;
- f) o aperfeiçoamento, a integração e o alinhamento dos planos setoriais e regionais aos objetivos nacionais de longo prazo;
- g) o fortalecimento da sinergia entre projetos da administração pública nos três níveis da federação; e
- e) o oferecimento de indicativos para a iniciativa privada.

Dadas essas razões, o governo federal promoveu o diálogo e o intercâmbio de ideias entre órgãos públicos diversos e representantes especialistas da sociedade, incluindo instituições acadêmicas e de pesquisa, na construção



conjunta do conteúdo deste documento, orientado por uma metodologia científica para que, finalmente, ele pudesse ser apresentado ao Congresso Nacional.

Constitui-se, dessa maneira, uma iniciativa trabalhada de modo cooperativo e integrador de várias perspectivas, como deve ser uma política de Estado olhando para o futuro.

A PNLP é o primeiro produto de uma série que proporcionará a composição sistêmica do conjunto de documentos nacionais e setoriais de longo prazo, como estratégias, planos setoriais, entre outros.

Esta PNLP e os documentos subsequentes a ela não substituirão as políticas, estratégias e planos já existentes na Administração Pública, mas serão orientadores e integradores de esforços rumo à visão de futuro de longo prazo. As conexões no ordenamento jurídico serão, desta feita, realizadas paulatinamente, por meio dos próprios setores responsáveis, em um todo harmônico que melhor permita o atingimento dos resultados almejados para o desenvolvimento do país.

A PNLP é composta pelos capítulos descritos a seguir.

No capítulo um, é trazida a introdução da PNLP e são elencados desafios da conjuntura nacional, em um rol de temas que devem ser levados em consideração na elaboração de um planejamento estratégico de longo prazo para o Brasil.

No capítulo dois, são descritas as megatendências mundiais, as ameaças e as oportunidades delas decorrentes, contextualizando as dinâmicas com as quais o país terá de lidar na construção de seu desenvolvimento, maximizando suas possibilidades, minimizando os riscos e ajustando, conforme o caso, sua trajetória.

No capítulo três, são apresentados os pilares estratégicos em torno dos quais estão agrupados conjuntos de Assuntos Estratégicos Nacionais (AEN) considerados vitais para o avanço brasileiro, de maneira que os objetivos a serem atingidos o sejam também de modo transversal e integrado, fazendo com que os esforços para uma área reflitam positivamente em várias outras, conforme o avanço no atingimento dos objetivos.

O capítulo quatro aponta os Objetivos Nacionais de Longo Prazo (ONLP), declarações daquilo que o Brasil deseja ser e como deseja estar ao final dos 36 anos de trabalho contínuo em desenvolvimento, nos temas identificados e agrupados como estratégicos para o país, sempre com o foco harmônico no indivíduo e na sociedade, conforme orientado nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal.

O capítulo cinco traz as considerações finais, junto com os elementos que deverão ser seguidos para conectar a PNLP com os documentos decorrentes seguintes.

Esta PNLP surge em um momento em que os tomadores de decisão políticos, servidores públicos e empregados públicos do Estado brasileiro vivem um amplo histórico de experiência em planejamento de curto prazo, por exemplo, com



o Plano Plurianual (PPA); e de médio prazo, com os diversos planos setoriais e, mais recentemente, com a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD).

O cenário mundial não comporta mais a possibilidade de Estados atuarem sem um sólido planejamento estratégico que se ajuste às necessidades internas e externas do país e que oportunize melhoras reais para suas populações. Igualmente, pode-se afirmar que o processo da globalização demanda que os países formulem seus esforços para o desenvolvimento de modo racional, equilibrado e integrado, tal qual preconizado na Constituição Federal.

Os países mais desenvolvidos nos critérios econômico e social são exemplos da importância do estabelecimento de objetivos definidos em horizontes de longo, médio e curto prazos. A República Federativa do Brasil se aprimora ao seguir tal caminho, que conduz à prosperidade como resultado de se guiar por uma política de Estado que exprima as aspirações do país, as quais, por sua vez, comporão os norteadores na realização de seus anseios.

Com este documento, o Brasil aperfeiçoa seu planejamento público, adotando as melhores práticas aplicadas para o planejamento de longo prazo, utilizando o planejamento e o pensamento estratégico para o proveito de seu povo, com seus recursos naturais e humanos, maximizando as oportunidades de relações internacionais, a defesa de seus bens e interesses para o desenvolvimento da nação, gerando prosperidade compartilhada e bem-estar para todos.

2. Aspectos da Conjuntura Nacional

Entender o panorama atual é a primeira condição para bem planejar o futuro. Não poderia ser diferente, já que o atingimento de objetivos estratégicos é conseguido tendo-se por alicerce a identificação do que já foi (e o que não foi) realizado no tema em que se deseja conseguir resultados.

Desse modo, parte-se da conjuntura atual (onde estamos), avaliam-se as tendências (o que se espera) para, em seguida, fixarem-se objetivos prioritários (estratégicos) cuja realização desencadeie e facilite a consecução de todos os outros que a eles estão vinculados.

A República Federativa do Brasil chega ao ano de 2022, bicentenário de sua Independência, vivenciando desafios próprios e do cenário internacional, muitas vezes indissociáveis, que continuarão a se fazer sentir nos anos à frente, junto com suas repercussões, tais como:

- a acentuada polarização político-ideológica no país, obstaculizando os esforços de união nacional em prol da defesa da soberania pátria, dos melhores interesses da nação e dos propósitos de desenvolvimento, comuns a todos;
- as endemias e pandemias que se sucedem, regional ou globalmente, que inspiram maiores cuidados e novas práticas em seu enfrentamento em âmbito internacional e, no que diz respeito às suas peculiaridades, pela nação brasileira;
- a volatilidade dos preços, em especial de alimentos e de combustíveis, fenômeno internacional que, todavia, impacta mais os países em desenvolvimento,



como o Brasil, dado o maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade;

- as repercussões regionais e globais de conflitos internacionais diversos que, além de afetarem gravemente as populações envolvidas diretamente, geram um somatório de amplas externalidades negativas, tais como as crises nas cadeias de produção e de distribuição internacionais, atingindo também consumidores indiretos, além de provocar migrações forçadas e instabilidade diplomática, entre outras;

- a crescente competitividade para obtenção de insumos voltados para a produção agrícola, bem como para as atividades industriais;

- os problemas persistentes da saúde pública em âmbito federal, estadual e municipal, nada obstante o orçamento destinado ao setor ser um dos maiores do país. Daí a necessidade de priorizar a promoção da saúde, da alimentação adequada e saudável, a prática de atividade física e a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (doenças cardiovasculares, obesidade, cânceres, hipertensão arterial e diabetes), considerando que essas são responsáveis por mais da metade do total de mortes no Brasil;

- as dificuldades referentes à educação, igualmente em âmbito federal, estadual e municipal, tanto no ensino básico, quanto no superior, profissional e tecnológico, em especial os entraves ora existentes para a implantação das melhores práticas internacionais de educação, que permitiram a ascensão de vários países nesse quesito, alguns em situação anterior mais preocupante do que a situação brasileira;

- a importância de se formar e capacitar o cidadão brasileiro, nas diversas áreas profissionais, bem como nas variadas faixas etárias, de forma que estes estejam aptos a competir em um mercado de trabalho cada vez mais suscetível às inúmeras tecnologias emergentes e disruptivas.

- os desafios crescentes em segurança pública, tais como o fortalecimento e mesmo a expansão internacional de Organizações Criminosas (Orcrim) brasileiras, que já se apresentam no rol global das mais perigosas a serem combatidas e debeladas. Elas operam em diversas frentes de ilícitos, inclusive de caráter transnacional, possuindo contatos e negócios com grupos considerados terroristas;

- a necessidade da promoção da ciência, tecnologia e inovação (CTI) no Brasil, com formação de uma nova mentalidade onde essas três áreas sejam incentivadas, promovidas e apoiadas sistemicamente, além de tratadas como uma das mais urgentes prioridades estratégicas para o desenvolvimento da nação, uma vez que o mundo já sente os avançados efeitos da quarta revolução industrial e todos os elementos a ela associados;

- as aceleradas mudanças em tecnologias de informação e comunicação (TIC), decorrentes do desafio anterior, mas com aspectos distintos que justificam o trato com a questão de maneira específica, já que as interconexões complexas avançam em ritmo acelerado em todo o planeta, a fim de que o Brasil faça parte desse processo, necessário para o pleno desenvolvimento de suas capacidades



nesta área;

- a manutenção e constante aperfeiçoamento da defesa nacional frente às ameaças identificadas, objetivando a proteção dos bens e interesses nacionais, junto com a promoção do desenvolvimento brasileiro, são condições sem as quais nada pode ser feito a favor de seu maior interessado, a saber, seu povo;

- as demandas prementes e específicas de saneamento básico, em cada região brasileira, apresentam grave e urgente desafio estrutural que atinge milhões de cidadãos e que está associado a diversos outros problemas, sobretudo os referentes à saúde pública. Muitas dessas dificuldades devem ser vencidas ao se proverem a atenção e os cuidados necessários ao tema. Hoje é fato que, para cada um real investido em saneamento básico, pode-se poupar em média quatro reais em saúde pública;

- os desafios relacionados ao déficit de infraestrutura nacional, em todas as suas áreas, essencial para o bem-estar da população e para a integração das diversas regiões do Brasil e com o entorno estratégico brasileiro, isto é, toda a área de interesse prioritário para o país, compreendendo a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Dado o potencial e as oportunidades presentes no grande volume de investimentos previstos na carteira de projetos em infraestrutura, o avanço e a promoção desse setor impactará direta e indiretamente vários outros setores estratégicos nacionais;

- os esforços envolvendo a dinamização e o crescimento da economia do país, proposta que pode avançar tendo-se sempre em consideração que a liberdade econômica e o investimento social caminham de forma conjunta e complementar, apoiados um no outro, desde que o desenvolvimento nacional seja fundamentado no balanceamento das vertentes econômicas e sociais;

- o cuidado com o meio ambiente, no seguimento das melhores práticas e legislações nacionais e internacionais sobre o tema, já que o cerne da sustentabilidade, o equilíbrio, é premissa de nossa Carta Magna;

- a ampliação continuada da oferta de energia sustentável, já notável, do parque produtivo de energia limpa brasileiro, exigência em qualquer país que pretenda avançar em seu desenvolvimento e no atendimento às necessidades de seu povo. As conseqüências desejáveis nesse tema têm sido desafiadoras há muito tempo, mas se tornaram mais prementes com o aumento populacional seguido do uso crescente de energia elétrica impulsionado por novas tecnologias;

- a defesa e a promoção harmoniosa dos direitos e garantias dos indivíduos e a atenção às necessidades sociais das diversas coletividades que compõem a nação, em especial a família, pois uma não é excludente da outra, sendo ambos pilares da vida nacional e do ordenamento jurídico pátrio, ensejando um conjunto de responsabilidades cujo atendimento está nos melhores interesses soberanos do país;

- a demanda de uma continuada inserção do Brasil no cenário regional e internacional, como ator respeitado e atuante em todas as áreas, com destaque na promoção da paz, da concórdia, da liberdade, da justiça e do livre-comércio



entre os povos. As vocações pacíficas e empreendedoras, assim como o carisma e a cordialidade de seu povo, já estão consolidadas historicamente como expressões de um legítimo *soft power* (poder brando) brasileiro, constituindo-se fatores positivos que requerem o mais amplo apoio interno para que os passos já dados se façam cada vez mais significativos aos olhos de mais e mais países;

- a flexibilização equilibrada da legislação trabalhista brasileira, que permita ao mesmo tempo a criação regular de mais postos de trabalho e, igualmente, a garantia das valiosas conquistas dos direitos dos trabalhadores frente aos novos tempos, incluindo a devida contribuição previdenciária para assegurar uma aposentadoria;

- a diminuição dos litígios internos e daqueles provocados pela administração pública federal, estadual e municipal por meio das melhores práticas de Governo Aberto e de Integridade, promovendo a transparência, a *accountability* e a cultura ética prescritos pela legislação e auxiliando o processo de governança no setor público;

- a necessidade de promoção e incentivo ao turismo nacional em suas diversas possibilidades regionais, tanto as já conhecidas quanto aquelas que venham a surgir, já que o Brasil pode e deve melhorar sua posição no *ranking* do circuito internacional de visitação por turistas, melhorando sua imagem junto a outros povos e atraindo investimento neste setor;

- a demanda por maior incentivo às ações de defesa e preservação do patrimônio cultural brasileiro, como forma de promoção do desenvolvimento cultural, econômico e social. Nesse sentido, destaca-se a transversalidade do tema, haja vista seus impactos positivos na economia (essencial na promoção do turismo nacional e na geração de renda local), na educação (educação patrimonial) e na construção histórica do país (identidade nacional);

- a necessidade de reconhecer a importância estratégica do setor econômico criativo do país e de estimular o desenvolvimento e fortalecimento do setor;

- o entrave da exploração sustentável dos vastíssimos recursos minerais do território brasileiro, tanto a de minérios tradicionais quanto a dos que despontaram como necessários às novas tecnologias que vêm surgindo. A obstaculização é feita por um conjunto de esforços de diversos atores que agem em várias frentes onde, além de a tentarem contra os melhores interesses do Brasil, atendem a interesses estrangeiros diversos, negando à nação possibilidades de acesso legítimo e justo a essa farta riqueza;

- o envelhecimento gradual da população brasileira, que gera consequências e impactos importantes para diversos setores da vida nacional, tais como os de saúde, educação e previdência, demandando preparativos e ajustes apropriados em resposta a tal fato;

- a necessidade de se planejarem e implementarem políticas de segurança pública que facilitem ao Estado brasileiro atingir seus objetivos, alguns deles relacionados acima, bem como de se fornecer sensação de segurança aos



cidadãos;

- a indústria nacional está debilitada em agregar valor aos produtos produzidos ou necessários para a sociedade; e

- a premência de se planejar e implementar políticas públicas para o enfrentamento dos problemas relacionados aos bolsões de pobreza nas diversas regiões do país.

Certamente os desafios elencados não esgotam a lista de pontos que precisam ser tratados pela República Federativa do Brasil para que esta ofereça o melhor à sua população, mas permitem uma visualização correta em panorama de como está o Brasil e sua posição no cenário internacional.

Sendo assim, antes que seja estabelecido o que se pretende ser e aonde se deseja chegar em desenvolvimento nacional, vencendo os obstáculos mencionados, é importante analisar os possíveis desdobramentos futuros dessa conjuntura, por meio das megatendências e cenários prospectivos a ela associados. Portanto, os atuais fatores presentes no cenário nacional e internacional podem ser projetados metodicamente para o vislumbre mais amplo do encaminhamento desses assuntos.

Dessa maneira é possível o estabelecimento de objetivos de longo prazo, focando no que é verdadeiramente estratégico para o país, permitindo a correção de rumos quando se fizer necessário, já que haverá clara conexão de causa e efeito.

II - Tendências e Cenários

Entre as diversas abordagens metodológicas, a PNLN buscou integrar as melhores práticas de estudo de futuro que, com viés dinâmico, estimulem continuamente sua atualização, tendo sido realizada uma mineração de dados para a identificação de tendências que tragam elementos recorrentes em diversos projetos e estudos apresentados por instituições governamentais e privadas, do Brasil e do exterior.

Há muito tempo, o país vem, por meio de cientistas e pesquisadores de diversas instituições, bem como de servidores públicos e militares, apresentando diversos argumentos para reunir propostas de orientação e investimento em um plano nacional de longo prazo. A PNLN permitirá que isso ocorra, indicando os projetos correlacionados que se alinhem às respectivas proposições para o investimento em áreas estratégicas.

A globalização, em todas as suas vertentes, suscita a transversalidade de temas nos mais variados contextos e sistemas sociais, políticos e econômicos. Seus desdobramentos afetam diretamente, por exemplo, o desenvolvimento tecnológico, científico e a capacidade de inovar de uma nação.

Os indicadores socioeconômicos nacionais mostram um quadro



deficiente e/ou oscilante, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento humano. As questões afetas à economia, educação, infraestrutura, saúde, segurança pública, produtividade industrial, telecomunicação, trabalho e emprego, entre outras, suscitam preocupações cada vez mais prementes, demandando soluções apropriadas.

A metodologia adotada na PNLN considera diversos conceitos que se complementam, gerando as informações necessárias ao propósito da política. Nesse contexto, aplicam-se os estudos de tendências e os cenários prospectivos e seus elementos.

A construção da PNLN foi realizada por meio de sucessivos refinamentos, que contaram com ciclos de coleta, tratamento, análise e compilação de dados daqueles elementos agregadores de valor ao processo de seleção dos elementos basilares para o desenvolvimento nacional a longo prazo em áreas estratégicas.

Para a seleção das tendências relevantes, também foram consideradas as diversas etapas evolutivas da elaboração da PNLN. Tais tendências são denominadas Tendências de Peso (TPs) e referem-se a eventos cujas perspectivas de comportamento estão suficientemente consolidadas e perceptíveis, a ponto de se admitir a permanência desse comportamento em um período estabelecido. Uma TP representa a disposição natural que leva algo a mover-se em direção a uma dada situação ou resultado, ou seja, são forças duradouras que moldam um comportamento futuro.

Entretanto, existe um tipo de variável com o mesmo comportamento das TPs, mas com robustez suficiente para continuar com o mesmo comportamento em médio e longo prazos, independentemente do interesse dos atores: as megatendências. Em função desse comportamento no futuro, o estudo das megatendências permite identificar ameaças e oportunidades.

Nesse processo, as megatendências mundiais foram reunidas a partir de seus elementos contextuais para a elaboração da PNLN. Foram utilizados como referência diversos estudos realizados no Brasil e no exterior, selecionados de fontes que agregam valor por terem a maturidade metodológica desejada.

Também foram analisados requisitos de grande relevância que necessitam ser considerados para a identificação das megatendências. Para que se tenha sucesso na elaboração de uma política, bem como na elaboração posterior das estratégias, planos e projetos derivados, todos esses requisitos devem ser considerados e tratados de maneira sistêmica a fim de se obter os resultados desejados. Entre eles, foram elencados:

a) Soberania: a autonomia do país em suas escolhas estratégicas, proteção do seu patrimônio natural, material e humano;

b) paradigmas: assertividade nas decisões políticas para que se procedam às novas escolhas rumo ao sucesso desejado em curto, médio e longo prazo que envolvem, por exemplo: ambiente sociopolítico-cultural, marco legal, produtos de alto valor agregado, elevação da produtividade industrial,



investimento em pesquisa, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação;

c) **Agilidade:** caracteriza-se por tornar céleres todos os processos públicos e privados, de modo que a rapidez no acesso e na prestação de informações torne os processos descomplicados e eficientes;

d) **Desburocratização:** diz respeito ao simples e correto funcionamento dos processos na administração pública federal, estadual e municipal. Visa à realização de serviços de maneira simples, transparente, objetiva, eficaz e eficiente;

e) **Transformação:** diz respeito à modificação, quando necessário, dos processos públicos e privados, e na relação entre eles e entre seus utilizadores, de maneira a agregar valor a cada processo realizado, tornando-os responsivos às demandas atualizadas que ocorrerem no país e no mundo;

f) **Modernização:** trata-se de aplicação de novos métodos e processos de atuação em todas as relações entre órgãos públicos e privados e entre seus utilizadores, complementados por recursos de tecnologia da informação e também da comunicação;

g) **Integração:** soluções construídas com a combinação sistêmica de dados, fluxos e informações por meio de métodos, processos e recursos de tecnologia da informação e também da comunicação;

h) **Desenvolvimento nacional:** união do setor público, setor privado e Academia na busca de objetivos que gerem riqueza ao país e ao povo brasileiro, observando os itens anteriores; e

i) **Bem-estar nacional:** objetivo fundamental da República a ser alcançado, devendo ser considerado em todas as ações de planejamento, investimento e realização que envolvem políticas, estratégias, planos, ações e projetos.

1. Visão de futuro

Estar entre os 30 países com melhores indicadores de desenvolvimento nos próximos 36 anos.

Essa visão de futuro é uma situação que possui grande possibilidade de se atingir, com coordenação e concentração de esforços dos entes públicos e da sociedade a partir de escolhas norteadas com vistas ao desenvolvimento e progresso nacional.

O planejamento de longo prazo e a gestão estratégica são igualmente importantes nesse processo de construção das bases para o progresso e atingimento da visão de futuro. Nesse processo de planejamento, o acompanhamento das megatendências, aliado ao conhecimento da conjuntura atual, das potencialidades e riscos, contribui na definição e priorização de objetivos e permite que o Estado brasileiro esteja sintonizado com o que acontece em âmbito nacional e internacional e seja mais efetivo na gestão estratégica das bases e



condições que possibilitem alavancar o desenvolvimento nacional.

2. Megatendências

- a) Crescimento em ritmo desacelerado e envelhecimento populacional
- b) Intensificação de movimentos de migração.
- c) Adaptação do papel do Estado frente aos novos desafios sociais e populacionais.
- d) Intensificação da urbanização.
- e) Amadurecimento e consolidação do processo de globalização.
- f) Crescimento da demanda por energia e alimentos.
- g) Aumento da pressão sobre os recursos hídricos.
- h) Mudanças climáticas e eventos climáticos extremos.
- i) Aumento da competição por recursos naturais.
- j) Nova ordem mundial multipolar.
- k) Acelerado avanço tecnológico.
- l) Expansão do crime organizado transnacional.
- m) Prevalência de ameaças complexas como fontes de desestabilização da normalidade institucional.

2.1. Descritivo de megatendências

- a) Crescimento em ritmo desacelerado e envelhecimento populacional

A dinâmica populacional mudará radicalmente nas próximas décadas. A população crescerá a taxas marginais decrescentes, como resultado da baixa taxa de fecundidade, da elevação da expectativa de vida, determinando um envelhecimento populacional. Isso trará a necessidade de se fortalecer e se reavaliar ao longo do tempo o financiamento do sistema previdenciário e dos serviços de saúde, ou seja, acarretará maior pressão no sistema de proteção social no perfil e na oferta de serviços públicos para a população idosa e na geração de empregos, com consequências também para o sistema educacional e nas relações familiares.

Em comparação com situações vivenciadas por outros países, o Brasil está realizando uma das transições demográficas mais rápidas do mundo. A radical transformação do perfil demográfico constitui uma das mais importantes modificações estruturais verificadas na sociedade brasileira, com reduções na taxa de crescimento e alterações na estrutura etária, o que implica a diminuição do número de crianças e adolescentes (0 a 18 anos), paralelamente ao aumento da população idosa (60 anos e mais) e à diminuição da população em idade ativa de trabalho (15 a 64 anos).

De acordo com as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa nacional, que era de 19,6 milhões de pessoas em 2010, deve aumentar para 66,5 milhões em 2050. Está previsto também que, por volta de 2048, a população nacional comece a se reduzir, quando se projeta que o número de mortes superará o de nascimentos.

b) Intensificação de movimentos de migração

O movimento migratório mundial, provocado especialmente por crises, conflitos, busca por melhores condições de vida, trabalho, além de outros fatores, intensificar-se-á, gerando crescimento da demanda por serviços públicos, proteção social e geração de empregos, o que exigirá políticas públicas de interesse estratégico dos Estados nos aspectos humanitários, econômicos, políticos e de segurança.

c) Adaptação do papel do Estado frente aos novos desafios sociais e populacionais

A sociedade civil organizada conhecerá um maior empoderamento, com aumento da classe média em escala global. O crescimento do poder de influência de diversos grupos sociais organizados vai exigir novas estratégias dos governos, com a probabilidade de existência de tensões e conflitos sociais (religiosos, étnicos, ideológicos ou políticos) em razão da demanda crescente por melhorias na qualidade de vida e da capacidade do Estado em provê-la. Será necessária a busca constante pela inovação e a adaptação do papel do Estado frente aos novos desafios sociais e populacionais, buscando novas formas de atuação para suprir as demandas e os custos crescentes.

d) Intensificação da urbanização

O crescimento da população e a intensificação dos movimentos migratórios trarão impacto e elevação do nível de urbanização, com crescimento da demanda por infraestrutura e serviços públicos (saúde, educação, segurança, saneamento, energia, telecomunicações e transporte) nas atividades produtivas e sociais. Quanto melhor os governos gerirem o processo de urbanização, maior será o impacto direto sobre o sucesso nas transformações para alcançar o desenvolvimento sustentável. As projeções para 2050 estimam que a população urbana mundial quase dobrará, tornando a urbanização uma das transformações mais importantes do século XXI.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. O Brasil historicamente sofre com as consequências advindas da falta do adequado planejamento da ocupação territorial urbana que, recorrentemente, causa perdas econômicas e de vidas humanas. Essa megatendência demandará políticas e investimentos por parte da União e, em especial, dos estados, Distrito Federal e municípios.

e) Amadurecimento e consolidação do processo de globalização

A economia global interconectada presenciará um aumento contínuo



nos níveis de comércio internacional e nos fluxos de capital. Grandes conglomerados empresariais ajudarão a perpetuar a globalização. Contudo, permanecerá a incerteza se as relações econômicas serão mais ou menos cooperativas, se haverá crescimento do controle do comércio internacional e se os mercados serão mais abertos ou mais protegidos.

O Brasil ainda possui participação reduzida no comércio internacional em comparação às maiores economias mundiais, necessitando ampliar sua presença nas cadeias globais de valor. O mundo enfrenta atualmente o desafio de reconfiguração das cadeias produtivas globais devido à pandemia de Covid-19 e à guerra entre Rússia e Ucrânia, o que abre um leque de oportunidades para que o país amplie os laços de integração internacionais e receba novos investimentos.

f) Crescimento da demanda por energia e alimentos

A interdependência entre energia e alimento deverá crescer exponencialmente. A competição por recursos naturais para a produção de energia e alimentos está aumentando à medida que se buscam alternativas de bioenergia aos combustíveis fósseis. Projeções apontadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 2018 indicam o crescimento da demanda mundial por alimento em 35% e por energia em 40% até 2030.

O crescimento da classe média global exercerá forte pressão sobre os recursos críticos, elevando a demanda por energia e de sua oferta por meio de uma matriz energética diversificada, com aumento do peso das fontes renováveis.

A matriz elétrica nacional é uma das mais limpas do planeta e conta, atualmente, com 83% da geração de eletricidade oriunda de fontes renováveis. A Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) aponta que, apesar das incertezas sobre a evolução do setor no longo prazo, tanto pelo lado da demanda de energia quanto pelas tecnologias e fontes que a suprirão, confirma-se a riqueza de recursos energéticos do Brasil, que supera em muitas vezes a demanda de energia total estimada até 2050.

O rápido crescimento da renda nos países emergentes, proporcionando a ascensão de uma classe média global, também está acelerando as mudanças na dieta alimentar. O aumento populacional dos países emergentes, dos países asiáticos e os conflitos mundiais exercerão pressão na demanda por alimentos no mundo. A demanda por alimentos está se deslocando para um maior consumo de carnes e laticínios, além de outros alimentos de produção intensiva, o que pode vir a ocasionar graves repercussões no uso sustentável dos recursos naturais.

Novas tecnologias, gestão logística e melhoria da eficiência no uso de terras cultiváveis, na gestão da água e uso de fertilizantes, serão primordiais para garantir a produção sustentável, o abastecimento global e minimizar desperdícios, frente às crescentes demandas por alimentos.

O Brasil está entre os grandes atores do agronegócio global. É o quinto maior país em extensão territorial e um dos que possuem a maior área agricultável, tornando-se cada vez mais protagonista na garantia da segurança alimentar nutricional mundial. Enquanto os demais países utilizam em média de



20% a 30% de seus territórios para a produção agrícola, o Brasil utiliza apenas 7,6%, o que aponta para o potencial de crescimento do agronegócio nacional.¹

g) Aumento da pressão sobre os recursos hídricos:

Por seu incontestável valor social, econômico e ambiental, os recursos hídricos são historicamente reconhecidos por sua força motora e papel no desenvolvimento da agricultura e da indústria. Nas próximas décadas, a vulnerabilidade dos sistemas ambientais, a continuidade da ocorrência de eventos climáticos extremos e o debate sobre as questões relacionadas às mudanças do clima demandarão um modelo de desenvolvimento econômico sustentável.

As projeções do consumo mundial de água, apontados pela Embrapa em 2018, preveem aumento em 50% até 2030. A demanda urgente e a competição por água entre a agricultura, indústria e áreas urbanas estão esgotando os recursos hídricos. A demanda de água para a agricultura representa, em média, 70% da retirada total desse recurso. A *Food and Agriculture Organization* (FAO) estima que mais de 40% da população rural mundial vive em bacias hidrográficas sem água. Em muitas áreas de baixa pluviosidade no Oriente Médio, Norte da África e Ásia Central, bem como na Índia e na China, os agricultores usam grande parte dos recursos hídricos disponíveis, causando o esgotamento dos rios e aquíferos. Em algumas dessas áreas, de 80% a 90% da água são usados para fins agrícolas.

A intensificação da urbanização e o aumento da demanda por alimentos causarão pressão sobre os recursos hídricos, gerando necessidade de gestão mais efetiva do uso da água para fins de consumo humano e em atividades econômicas, sobretudo nos países em desenvolvimento e com elevada produção agropecuária, como o Brasil.

O Brasil, segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), retira atualmente em torno de 60% da água de suas bacias hidrográficas para a agricultura e a pecuária. Em que pesem as desigualdades regionais, o país manterá sua posição de destaque nessa questão, por possuir a maior quantidade de água doce no mundo, com 12% do total existente no planeta. É mais do que todo o continente europeu e africano, por exemplo, que detêm 7% e 10%, respectivamente.

h) Mudanças climáticas e eventos climáticos extremos

Os efeitos físicos das mudanças climáticas, como temperaturas mais altas, aumento do nível do mar e eventos climáticos extremos, afetarão todos os países. Essas alterações provavelmente restringirão a disponibilidade de terras cultiváveis no mundo, destacando-se a África e o Oriente Médio como as regiões que mais sofreriam nesse contexto, com vulnerabilidades também existentes na China e na Índia em especial, quanto à disponibilidade de terras agricultáveis e

¹ No Plano Estratégico do Mapa 2020-2031, é utilizada a nomenclatura "Cadeia Produtiva Agropecuária", ou seja: "a soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. No segmento de produção são contemplados o pequeno, o médio e o grande produtor rural".



limitações à ampliação do uso dos recursos hídricos.

A transição para uma economia de baixo carbono, visando à neutralidade climática, norteará o debate sobre como e com que rapidez o mundo deve controlar a emissão dos gases do efeito estufa, à medida que países enfrentam escolhas difíceis sobre como implementar cortes drásticos de emissões e medidas adaptativas, com maior ênfase na mitigação das emissões por meio de novas tecnologias de geração de energia renovável e de captura de carbono. Os países deverão implementar de forma gradativa medidas eficazes de mitigação das emissões, o que impactará a concorrência, contribuir para a instabilidade e eventualmente provocar conflitos geopolíticos.

O Brasil tem um expressivo potencial de ser fornecedor de produtos de baixa intensidade de carbono e de ter uma das maiores economias de baixo carbono do globo, sendo ainda um grande fornecedor de créditos de carbono para o mundo, por suas características e ampla cobertura vegetal. O país é exemplo de legislação ambiental e boa prática, como as reservas legais em todas as propriedades rurais regularizadas, o que contribui para o ciclo de carbono. Ademais, o uso sustentável da Floresta Amazônica, com garantia de sua conservação e exploração sustentável, pode ser impulsionador dos investimentos internacionais do mercado de carbono e dos fundos dos "títulos verdes".

i) Aumento da competição por recursos naturais

O crescimento econômico e o aumento dos padrões de consumo impactam diretamente a corrida mundial por recursos naturais. A busca por recursos não convencionais ainda pouco explorados deverá impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias.

As mudanças climáticas e a degradação ambiental contribuirão para a escassez de recursos naturais e deverão impactar negativamente o ambiente social e econômico, gerando um cenário geopolítico mais conflituoso. Países deverão competir por alimentos, minerais, água e fontes de energia tornadas mais acessíveis, mais valiosas ou mais escassas.

O Brasil, com abundantes riquezas em recursos naturais, está em posição privilegiada para lidar com essas ameaças, com potencial para tornar-se líder mundial em economia verde.

j) Nova ordem mundial multipolar

Na esfera da geopolítica, a segunda metade do século XXI tenderá para um período de incerteza, marcado por continuidades e rupturas no campo da segurança internacional. Velhos e novos problemas demandarão novas perspectivas para solução, cobrando respostas concretas e novas posturas da comunidade internacional.

Em um ambiente geopolítico e econômico mundial multipolar, apesar do desgaste político, econômico e militar, os Estados Unidos continuarão a ocupar posição de destaque, exercendo influência política e econômica. Contudo, é possível que, em meados do século XXI, haja um reordenamento das posições relativas



dentro do ambiente da multipolaridade. Poderão surgir “novos atores” estatais, não estatais, supranacionais, legais e mesmo ilegais, gerando desafios normativos e de liderança que assinalam a necessidade de se debater a governança global nas instâncias decisórias internacionais.

Haverá o surgimento de um movimento de contestação para a reformulação da ordem internacional e de seus mecanismos de governança, que ocorrerá em meio a crises econômicas, financeiras, ambientais e de segurança internacional, com tendência a permanecer um arranjo inapto para se lidar com os problemas e desafios globais.

Blocos regionais tenderão a ser formados ou fortalecidos como instrumento à disposição dos países para contornar as imperfeições da governança global e a falta de ação estatal para resolver problemas transnacionais.

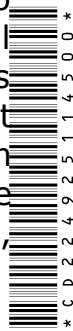
k) Acelerado avanço tecnológico

Uma das características mais marcantes das próximas décadas será o papel da tecnologia em uma era digital cada vez mais acelerada. Os avanços tecnológicos continuarão a transformar rapidamente os modos de vida e de trabalho.

As próximas décadas serão marcadas por uma crescente competição global pelos elementos estratégicos da supremacia tecnológica, impactando a geopolítica e criando novas lideranças tecnológicas. Por outro lado, a maior parte das novas tecnologias estarão disponíveis, permitindo o seu emprego pelos países em desenvolvimento e sua maior participação nas cadeias globais de valor.

Entretanto, o aproveitamento pelos países dos dividendos das tecnologias digitais será desigual. Para o seu adequado aproveitamento, os países terão de atualizar políticas e marcos regulatórios em muitas áreas, incluindo inovação, financiamento, conectividade, mercado de trabalho, concorrência e governança, desenvolvimento e uso de tecnologias proteção da propriedade intelectual. Os países de industrialização tardia exitosa tiveram suas estratégias assentadas em inflexões decisivas no contexto da educação e da ciência e tecnologia. O Brasil não promoveu essa revolução e, a despeito de avanços importantes, poderá perder oportunidades face à necessidade de se avançar rápido no domínio do conhecimento. As estratégias passadas, mesmo as mais exitosas, não mais poderão ser repetidas, devendo o Brasil procurar novos caminhos para atingir seu objetivo de criação e distribuição de riqueza compatível com as aspirações de sua população (MCTI, 2019).

Situações vividas por países que focaram no desenvolvimento educacional, na inovação, no empreendedorismo e na transformação digital mostram que a tendência é de um melhor aproveitamento das oportunidades surgidas em tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA), *Big Data*, Internet das Coisas, manutenção preventiva com *machine learning*, plataformas nativas em nuvem, automação de processos de negócios, *Cybersecurity Mesh* ou Malha de Segurança Cibernética, *Privacy - Enhancing Computation* (PEC), hiperautomação, metaverso, entre outras.



l) Expansão do crime organizado transnacional

O crime organizado transnacional abrange diferentes atividades ilícitas, tais como tráfico de drogas, de pessoas, contrabando de armas, comércio de órgãos humanos, falsificações, fraudes e lavagem de dinheiro. Como consequência da globalização da economia e do avanço da tecnologia, um novo impulso, de caráter internacional, foi propiciado às organizações criminosas, criando novas oportunidades para as atividades ilícitas.

m) Prevalência de ameaças complexas como fontes de desestabilização da normalidade institucional

Durante as últimas décadas, o ambiente estratégico que caracteriza a “defesa” vem sendo rapidamente modificado por ameaças e desafios para os quais o estado moderno não se encontra suficientemente preparado. Para garantir a segurança dos estados, governos necessitam analisar a nova complexidade desses desafios e desenvolver metodologias e ferramentas que os permitam se antecipar à consecução de tais ameaças, bem como garantir a segurança nacional e a consecução dos interesses nacionais.

As ameaças complexas caracterizam-se por não respeitarem fronteiras físicas, pela dificuldade no controle dos resultados que podem causar, por resultarem de múltiplas causas inter-relacionadas e de difícil distinção individual e cujo enfrentamento não admite soluções permanentes. Pandemias e outros riscos biológicos, crimes cibernéticos e digitais, a escalada da crise climática, perturbações econômicas internacionais, crises humanitárias prolongadas, terrorismo e extremismo violento, crimes transfronteiriços e a proliferação de armas nucleares e de destruição em massa são exemplos de ameaças complexas para os quais os estados modernos terão de preparar respostas eficazes.

3. Cenários

A partir da identificação das megatendências, consideradas como variáveis componentes e determinantes dos possíveis cenários, buscou-se a construção de cenários prospectivos com o objetivo de organizar, sistematizar e delimitar incertezas, possibilitando o enfrentamento de qualquer um dos cenários descritos a seguir.

Assim, foram definidos três cenários exploratórios com características distintas, a saber: pessimista, realista e otimista.

O cenário pessimista é aquele que torna o Brasil dependente em quase todas as esferas de atuação, com degradação de todos os seus sistemas públicos e privados no horizonte temporal de 36 (trinta e seis) anos. As características desse cenário, onde não se atinge a visão de futuro almejada, tornarão o Brasil um país refém da comunidade internacional e de seus interesses, com reduzida atuação no ambiente internacional.

O cenário realista é aquele que coloca o Brasil com avanços tímidos considerando as condições atuais no horizonte temporal de 36 (trinta e seis) anos,



com perturbações externas e internas em suas escolhas como Estado soberano em investimentos para o domínio do conhecimento de novas tecnologias disruptivas, sua busca, proteção e desenvolvimento. As características desse cenário, onde pouco se atinge a visão de futuro desejada, manterão o país na situação de luta para não se tornar refém da comunidade internacional e de seus interesses, com modesta atuação no ambiente internacional em comparação a outros países com economias inferiores à nacional.

O cenário otimista é aquele que torna o Brasil soberano em todas as suas escolhas de investimentos para o domínio do conhecimento de novas tecnologias disruptivas, sua busca, proteção e desenvolvimento no horizonte temporal de 36 (trinta e seis) anos. As características desse cenário, por meio do qual se consegue atingir totalmente a visão de futuro ansiada, tornam viável a possibilidade de o Brasil ser um país de referência e um ator relevante, competitivo e respeitado no cenário internacional, assim como de possuir o domínio em áreas estratégicas do conhecimento selecionadas e com elevado indicador de desenvolvimento humano.

4. Desafios/Obstáculos

Após a definição do cenário almejado (cenário otimista), a proposição dos objetivos nacionais norteadores da PNLP considerou os desafios/obstáculos a serem superados para o pleno sucesso da política no horizonte temporal de 36 (trinta e seis) anos.

Esses desafios são limitações ou óbices ao desenvolvimento, aqui definidos como obstáculos de toda ordem que dificultam ou impedem a conquista de objetivos nacionais. Dentre muitos desafios, destacam-se os seguintes:

a) Economia Circular e Digital: o sistema econômico precisa funcionar de maneira cíclica, integrando a exploração sustentável dos recursos naturais com modelos de negócio modernos e inovadores, otimização dos processos produtivos e baixa dependência de matéria-prima virgem, dando ênfase ao uso de insumos renováveis, duráveis e recicláveis. A Economia Circular é um modelo de produção e consumo que envolve a partilha, locação, reutilização, reparação, renovação e reciclagem de materiais e produtos existentes para que sejam mantidos no ciclo produtivo o maior tempo possível. A Economia Circular visa enfrentar desafios globais, tais como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, resíduos e poluição, enfatizando a implementação baseada em design de três princípios básicos: eliminação de resíduos e poluição, circulação de produtos e materiais, e regeneração da natureza. A digitalização de todos os serviços assume papel relevante na medida em que gere e agregue valor aos processos, produtos e serviços,² assim como fomenta a inclusão. As tecnologias digitais e outras

² Diversos países, como aqueles situados no sudeste asiático, desenvolveram-se por meio do incentivo às *startups* e do empreendedorismo individual, reconhecendo estes como indutores do desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Nesse sentido, o desafio está muito relacionado à prospecção de novas práticas e soluções de negócio, à identificação de oportunidades de execução e à implementação de projetos inovadores.



tecnologias também estão tendo um impacto no comportamento dos negócios e na estrutura do mercado. Produtos digitais intangíveis e altamente móveis, replicáveis com pouco ou nenhum custo, reduzem a importância da presença física de uma empresa, criando oportunidades para novos produtores de pequena escala entrarem em mercados cada vez mais globalizados;

b) Carga Tributária: é elevada e se apresenta como um dos obstáculos ao desenvolvimento. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, para o ano de 2021 a Carga Tributária do Governo Geral foi de 33,90% do Produto Interno Bruto (PIB). O Custo Brasil é elevado e dificulta a atração de novos investimentos e empreendimento. A carga tributária sobre a mão de obra, as empresas e os cidadãos é alta. O sistema tributário precisa ser revisto, modernizado e simplificado no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios;

c) Burocracia Excessiva: apesar da evolução na melhoria dos processos nos últimos três anos, ainda ocorre burocracia em excesso em alguns setores públicos que dificultam os processos de negócio. Requer, portanto, uma pronta ação para a sua redução ao mínimo adequado. Na mesma linha, a ampliação da coleta da percepção quanto a qualidade dos serviços públicos prestados, apurados diretamente pelos usuários, objetiva o aumento da efetividade da ação estatal, em benefício do bem-estar da sociedade;

d) Demografia: o país apresenta dados preocupantes em relação à evolução de sua estrutura demográfica e seus reflexos que envolvem, por exemplo: ocupação urbana desequilibrada e não planejada, dificuldade na mobilidade urbana, falta de acessibilidade principalmente para as Pessoas com Deficiência (PcD) e para as pessoas com mobilidade reduzida, sistema de saúde com deficiências, empregabilidade com alto nível de variação, especulação imobiliária, saneamento básico precário e grandes desafios na esfera educacional;

e) Infraestrutura: é amplamente reconhecida a importância de uma base adequada de infraestrutura como forma de promover o desenvolvimento econômico e social. Conforme apontado pelo Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (Pilpi), o estoque de capital de infraestrutura, composto por estradas, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos, canais, açudes, adutoras, redes de saneamento básico, sistemas de transporte público, usinas geradoras de energia elétrica, linhas de transmissão e redes de comunicação, entre outros, é muito inferior ao necessário, proporcionalmente ao tamanho da economia brasileira, comparada ao montante observado em países desenvolvidos. Apesar dos avanços nos últimos três anos, esse déficit de infraestrutura, por vezes combinado a uma deficiência de qualidade, aumenta os custos operacionais e, por conseguinte, onera diversas atividades produtivas, reduzindo a competitividade das exportações e contribuindo para a baixa produtividade total da economia, bem como reduzem o bem-estar da população;

f) Legislação: a sobreposição de vários instrumentos legais ocasiona diversas interpretações e inseguranças jurídicas. Apesar de avanços pontuais, nos últimos três anos, é necessária a atualização e racionalização da legislação



concernente às áreas consideradas estratégicas para a estabilidade jurídica e o resultante desenvolvimento nacional;

g) Estabilidade Econômica: a estabilidade na economia é pré-requisito para o crescimento sustentável e para uma sociedade mais justa. A globalização modificou o comportamento dos agentes econômicos na medida em que os colocou diante de uma nova realidade, com mudanças cada vez mais aceleradas. A instabilidade econômica gera, por exemplo, baixo investimento e baixo crescimento econômico, desemprego, alto custo dos processos, produtos e serviços, inflação, desesperança, insegurança social e afastamento de investimentos, entre outras consequências. Por essa razão, é importante a implementação de políticas econômicas que visem à estabilidade macroeconômica, melhor alocação e uso dos recursos públicos e fomento da produtividade da economia brasileira, preservando-se, precipuamente, o equilíbrio das contas públicas, a expansão da renda e do emprego, bem como a superação dos problemas sociais;

h) Meio Ambiente: em seus seis biomas, o país possui recursos naturais com grande potencial de uso sustentável e capacidade turística. Para atenuar os efeitos das mudanças climáticas e atrair recursos para a indústria nacional sustentável, será necessário um conjunto de medidas para o alcance de uma economia verde e circular, com acesso aos mercados dos créditos de carbono, investimentos dos fundos dos "títulos verdes" e ações voltadas ao ecoturismo. Medidas como reflorestamento, manejo sustentável e recuperação de áreas degradadas podem permitir aumento da produção agropecuária sem prejuízo ao meio ambiente;

i) Cadeias Globais de Valor: o enfoque de cadeias globais de valor conduz, para as economias com estruturas produtivas mais diversificadas, à discussão sobre o desenho de políticas que contribuam para aumentar a parcela de valor agregado capturado pela economia doméstica. O Brasil apresenta baixos níveis de integrações locais, nacionais e globais. As cadeias são, na maioria dos casos, subordinadas e dependentes de insumos importados;

j) Agronegócio: considerando as megatendências relacionadas ao setor e os respectivos estudos nacionais e internacionais, identificam-se os seguintes desafios:

- prática de subsídios pela concorrência internacional na produção e comercialização de alimentos, aliada à elevada carga tributária nacional;
- campanhas internacionais interessadas na falência do agronegócio nacional, que buscam vincular a imagem do Brasil como não cumpridor de critérios de conservação e preservação ambiental;
- grande dependência externa de fertilizantes, defensivos e insumos agrícolas em geral;
- interesse de outros países no agronegócio brasileiro;
- nada obstante os avanços significativos da Embrapa, ainda



persiste a necessidade de investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação na produção e gestão do agro brasileiro;

- infraestrutura deficiente de transporte e armazenamento da produção;
- em decorrência disso, elevado custo logístico;
- aperfeiçoamento da regularização fundiária rural;
- pressões, com viés comercial, de atores nacionais e internacionais, com impactos na expansão da superfície agricultável;
- limitação da disponibilidade de insumos outros para a agricultura, tais como água e energia, em que pese a riqueza desses recursos em território nacional; e
- necessidade de desenvolver ações que visem à superação da pobreza e das desigualdades socioeconômicas no meio rural;

k) Melhores Práticas, Normas e Padrões: deficiente cultura institucional do país acerca da compreensão dos benefícios do investimento em padronização no ambiente público e privado e na consolidação de uma política de integridade em ambos os setores. A deficiência em todas as suas dimensões cria, no caso do ambiente público, a possibilidade de se onerar os custos dos sistemas públicos envolvidos, como os decorrentes de ações judiciais contra os entes públicos;

l) Transformação Digital: necessidade de fortalecer o processo de transformação digital dos serviços por meio da automação e simplificação de serviços, desburocratização de procedimentos e normas e o desenvolvimento de uma cultura digital no país. Entretanto, há que se compreender seu significado para que se possam desenvolver soluções adequadas e cumprir seu propósito do ponto de vista tecnológico. O primeiro requisito é facilitar a vida dos usuários. O segundo é a integração dos dados dos sistemas afins. O terceiro é tornar as instituições públicas ágeis na realização de suas atribuições e no atendimento das demandas de seus usuários. Por fim, os sistemas devem permitir o monitoramento e controle dos dados respeitando-se a LGPD;

m) Tecnologias: barreiras internas que dificultam a adoção das tecnologias digitais como as identificadas em análise de fraquezas, principalmente pelas indústrias. O Brasil precisa reduzir a dependência de tecnologias importadas, principalmente das tecnologias estratégicas (críticas, sensíveis e prioritárias), investindo no domínio do conhecimento e pesquisa, desenvolvimento e produção, a fim de garantir sua independência nessa área;

n) Produtos e Serviços de Baixo Valor Agregado: são os mais comuns no ambiente produtivo nacional e já estão incorporados à cultura nacional. Historicamente, o Brasil é um produtor e exportador de *commodities* como grãos, minérios, proteína animal, ferro e aço, que contribuem com a indústria e possuem a maior participação no PIB nacional. Entretanto, os benefícios de se gerar produtos de alto valor agregado apontam para um necessário fortalecimento da indústria



nacional, em especial com investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e CTI;

o) Educação: no âmbito global, a qualidade da educação brasileira coloca o país entre os últimos lugares entre 64 nações segundo o *IMD World Competitiveness Center 2021*, enquanto, no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2021, ocupa a 60ª posição entre 76 países avaliados. Deve-se focar no conhecimento e no domínio das ciências exatas e das novas tecnologias, bem como na formação de profissionais especializados no tema e responsivos aos objetivos e metas do Estado, dada a relevância da tecnologia para o desenvolvimento sustentável e para a transformação digital. Torna-se essencial e premente uma revisão do planejamento nacional em educação para que o Brasil melhore sua colocação e se posicione entre os países mais desenvolvidos. Ainda, o ensino à distância deve ser cada vez mais valorizado, em função da amplitude e dos custos, permitindo acesso ao maior número possível de brasileiros;

p) Elevação da produtividade industrial: o processo de desindustrialização pode ser entendido como uma consequência natural do amadurecimento de uma economia. Com a terceirização e os ganhos de produtividade, que reduzem os preços de bens industriais, é natural que exista uma tendência de redução do valor adicionado industrial no valor adicionado total. O problema, portanto, não é necessariamente a redução da participação da indústria no PIB. Dessa forma, falar sobre como elevar a produtividade industrial e como tratar seus gargalos parece ser o foco da questão. Para tanto, requer-se uma plataforma industrial compatível com a estatura necessária e voltada para o futuro, com domínio tecnológico, inovação e agregação de valor, a fim de que ocorra o desenvolvimento do país, tornando-o cada vez menos refém de produtos e serviços importados;

q) Recursos para CTI e P&D: valores distantes daqueles necessários, com cortes e/ou contingenciamentos orçamentários recorrentes e pouca priorização para o setor. Destaca-se que cada um dólar investido em CTI resulta na obtenção de dez vezes mais para a economia de maneira geral;

r) Desenvolvimento Regional: observa-se, em diversas regiões do território nacional, de dimensões continentais e diversos biomas, um desequilíbrio no seu desenvolvimento socioeconômico que pode ser superado com planejamento, investimentos, estratégias e ações coordenadas e alinhadas a uma política nacional de longo prazo com objetivos e prioridades;

s) Ocupação Urbana: historicamente as ocupações no território nacional ocorrem sem planejamentos, criando toda ordem de óbices a um bem-estar urbano saudável e sustentável. Esse desordenamento, com grandes aglomerações e concentrações humanas em áreas urbanas, tem trazido problemas nas cidades, com fortes reflexos na mobilidade (pessoas e bens), na segurança pública, na educação, na saúde, na habitação, no saneamento, na distribuição de energia e em vários outros serviços públicos, bem como no meio ambiente, em razão do lixo produzido, do uso ineficiente e descuidado com os recursos naturais, do desmatamento e da poluição (visual, sonora e atmosférica). Faz-se necessário



dotar o Poder Público, nas três esferas, de capacidade técnica, financeira e institucional para o planejamento, a gestão urbana e territorial, com vistas à prestação de serviços, ao bem-estar e ao controle do ordenamento urbano;

t) Segurança Pública: o grau de insegurança da população é alto e a violência urbana apresenta números anuais que colocam o país entre os mais violentos, considerando-se os índices de criminalidade, impunidade, mortes no trânsito, entre outros. As diversas razões desse fenômeno social devem ser tratadas de maneira urgente, pois seu impacto nos demais setores é inibidor do desenvolvimento nacional;

u) Segurança Viária: é mais um fenômeno social grave e que deve ser objeto de atenção. A média anual de mortes de pessoas no trânsito é da ordem de 60.000 (sessenta mil) e dos sequelados de 500.000 (quinhentos mil). A promoção do combate às causas da acidentalidade deve partir da consideração de cinco pilares: gestão da segurança viária; vias mais seguras e mobilidade; veículos mais seguros; conscientização de usuários; e resposta ao acidente;

v) Segurança da Informação: a transformação digital e o crescimento do uso das TICs no âmbito público e privado, na oferta de serviços públicos, no comércio eletrônico, nos serviços bancários, entre outros, traz em seu bojo a necessidade de proteção de sistemas e informações. Há que se garantir que o uso da tecnologia não exponha os dados e informações pessoais, comerciais, industriais e financeiros, bem como garanta a integridade e inviolabilidade dos sistemas e informações estratégicas e sensíveis. Deve-se fortalecer a cultura de proteção e tratamento de dados e aprimorar sua governança. O tema segurança cibernética deve ser de conhecimento e preocupação de todos os entes federativos e privados, bem como da sociedade como um todo. Frente a esse desafio, é necessário que seja promovida a educação digital desde a juventude, a qualificação de profissionais para as demandas do mercado e que o Estado tenha uma estrutura que possa responder às ameaças cibernéticas que, cada vez mais, impactam a vida do cidadão;

w) Segurança de Infraestruturas Críticas: as infraestruturas de comunicações, de energia, de transportes, de finanças, de águas e de defesa, entre outras, possuem dimensão estratégica, uma vez que desempenham papel essencial tanto para a segurança e soberania nacionais, como para a integração e o desenvolvimento econômico sustentável do país. Fatores que prejudiquem o adequado fornecimento dos serviços provenientes dessas infraestruturas podem acarretar transtornos e prejuízos ao Estado, à sociedade e ao meio ambiente. Em uma visão ampla, a atividade de Segurança de Infraestruturas Críticas tem por finalidade articular, em diversos níveis e esferas do Poder Público, bem como no setor privado, o desenvolvimento de um processo de segurança preventiva de recursos humanos, de equipamentos, de instalações, de serviços, de sistemas, de informações e de outros recursos que, de alguma forma, assegurem a resiliência e o funcionamento dos serviços e das atividades indispensáveis ao Estado e à sociedade;

x) Mobilidade Urbana: é um dos problemas responsáveis pelo



aumento de custo do sistema produtivo, do sistema de saúde, do meio ambiente, do baixo nível escolar e da segurança pública. Isso é resultado de diversos fatores, tais como: o sistema de transporte público inadequado para o atendimento das demandas existentes, com indução ao transporte individual, com os efeitos de esgotamento da capacidade dos sistemas viários, aumento das emissões de poluentes e aumento dos custos de transporte, a ocupação urbana dissociada do planejamento dos deslocamentos, a ausência de planejamento urbano em relação às áreas de ocupação, vias inadequadas e inseguras, transporte público coletivo caro e insuficiente, entre outras. Assim, faz-se necessário promover mobilidade urbana sustentável, por meio de investimentos em matriz de transporte urbano menos poluente e de maior eficiência energética, de forma a mitigar os efeitos sobre a poluição atmosférica e a emissão de gases do efeito estufa. O desafio da mobilidade urbana sustentável é prover serviços de maior qualidade e conforto, como, por exemplo, melhor acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, idosos e crianças, bem como a utilização de tecnologias inovadoras que propiciem redução nos custos de operação que permita modicidade tarifária para os usuários;

y) Economia Criativa: ainda são poucas as pesquisas que contemplem de modo amplo os diversos setores desta economia, de modo a que se conheçam os dados relativos às vocações, bem como as oportunidades de empreendimentos criativos, com o fim de se realizar uma definição de políticas públicas responsivas às necessidades desse setor;

z) Defesa Nacional: um país com a importância do Brasil no cenário internacional não pode prescindir de Forças Armadas capazes de defender o território nacional contra ameaças regionais e extrarregionais, por meio de sistemas de emprego militar modernos, para a pronta resposta a fim de apoiar o cumprimento dos objetivos estratégicos e garantir a soberania nacional;

aa) Retenção de talentos: o Brasil forma anualmente e conta com quadros de profissionais de primeiro mundo, que são atraídos para outros países, contribuindo com o baixo desenvolvimento nacional. Assim, Estado e setor privado devem se unir na formulação de políticas e iniciativas para a continuidade de projetos de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e para retenção desses talentos;

bb) Redução do Fardo Regulatório: Indicadores internacionais evidenciam que o Brasil possui um ambiente regulatório que desfavorece o desenvolvimento econômico do país e a atração de investimentos, tanto de origem doméstica quanto internacional. Apenas para mencionar alguns indicadores internacionais, apresenta-se o Índice de Liberdade Econômica de 2019, elaborado pela *Heritage Foundation*, no qual o Brasil ficou em 150º lugar no *ranking* global e no 27º no *ranking* regional (de 32 países). No Indicador de Regulação de Mercados (PMR) de 2018, calculado pela OCDE para estimar o grau de barreiras regulatórias à entrada no mercado e à concorrência, o Brasil ficou em penúltimo lugar entre os 39 países considerados.



I. Pilares Estratégicos

1. Metodologia e construção

Para que um país alcance seu pleno desenvolvimento e a desejada prosperidade, é necessário que se desenvolva uma série de etapas. Em uma realidade de muitas demandas e recursos finitos, faz-se necessário o estabelecimento de prioridades que sejam estratégicas. Com a constatação de que várias dessas demandas exercem e sofrem impacto direto de outras, trazendo uma condição de quase dependência, é relevante reuni-las em um agrupamento que possa considerar a transversalidade verificada. Para tanto, surgiu a necessidade de se estabelecer Pilares Estratégicos (PE) bem definidos, dentro dos quais um conjunto de temas estratégicos nortearão o crescimento harmonizado e duradouro.

Os PE representam, conceitualmente, um núcleo temático onde são aglutinados os AEN e onde estão alocados os ONLP. Essa forma de representação permite que se conheça a transversalidade dos AEN e ONLP, de forma a orientar a priorização de investimentos com foco nos resultados e impactos que pode trazer aos demais AEN e ONLP de cada pilar estratégico. Assim, quando a PNLN for desdobrada no nível operacional, em planos estratégicos, poderá ser decidido quais projetos serão priorizados para o desenvolvimento dentro do horizonte temporal estipulado, a fim de se atingir a visão de futuro do país.

Dentro do contexto deste documento, um pilar estratégico constitui uma coleção de AEN, envolvendo uma ou mais temáticas relevantes à definição da PNLN. As temáticas de alguns AEN são transversais e aparecem em mais de um pilar, com ONLP distintos.

No que diz respeito aos objetivos, estes precisam ser alcançáveis, realistas e temporais, e ao mesmo tempo, abrangentes, passíveis de acompanhamento e avaliação dentro de períodos de tempo determinados.

Em resumo, os ONLP se aglutinam em torno de AEN, que por sua vez compõem os PE.

A identificação dos PE é um processo contínuo e passível de revisões. Isso garante que, neste tempo de surgimento de tecnologias disruptivas e de novos modelos de negócio e das próprias mudanças sociopolíticas que afetam de forma irreversível a sociedade, o passo dessas transformações seja acompanhado e incorporado. Além disso, os melhores resultados são atingidos quando o processo é realizado de forma colaborativa, com o envolvimento da sociedade e suas entidades representativas, aumentando, desta forma, a inteligência coletiva.

Com a finalidade de aplicar esses conceitos e buscar informação junto às entidades de governo, sociedade e academia para a geração desta PNLN, foram coletados cerca de 1.500 objetivos nacionais junto aos órgãos de governo, pastas ministeriais, universidades e especialistas dos diversos setores. Esses objetivos foram obtidos por meio de consulta direcionada, discutidos em *workshop*, e extraídos de políticas e estudos vigentes. Organizados em forma de documentos textuais, os objetivos foram utilizados para a identificação de assuntos temáticos elucidativos dos pilares estratégicos.



Dado o número grande de documentos analisados, decidiu-se pela utilização de algoritmos computacionais para organização, compilação e extração das informações relevantes. Para tanto, foram utilizadas técnicas de processamento de linguagem natural e análise de redes de relações para tratamento dos textos contidos nos documentos.

O intuito dessa metodologia foi a identificação, de forma automatizada e não enviesada, de grupos de objetivos em torno de cada assunto estratégico. Utilizando-se técnicas de agrupamento comuns à análise de redes complexas, foi possível agrupar os objetivos de acordo com suas similaridades textuais ou semânticas. Esses agrupamentos se referem a textos similares no uso de suas palavras e que tratam de assuntos estratégicos semelhantes. Da mesma forma, assuntos que tratam de uma mesma temática foram agrupados para formar os pilares estratégicos.

Dentro de cada agrupamento, identificaram-se os objetivos mais representativos de seus grupos. Esses objetivos estão associados aos assuntos estratégicos que, agrupados, caracterizam áreas temáticas presentes no conjunto de dados. Esses grupos de assuntos estratégicos constituem os PE.

Com base na análise textual supracitada dos objetivos e assuntos associados a cada um dos pilares, nomearam-se os seguintes pilares para representar o teor dos assuntos estratégicos neles contidos:

a) **Desenvolvimento Social:** agrega assuntos essenciais à sociedade, capazes de mudar a conjuntura social e econômica, como, por exemplo, cidadania, educação, saúde, movimentos migratórios, turismo e cultura;

b) **Desenvolvimento Sustentável:** abrange assuntos referentes ao desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros (em especial o bioma Amazônia), o desenvolvimento do turismo, do agronegócio, da economia, da mineração e a proteção de ecossistemas e biodiversidade;

c) **Desenvolvimento Científico e Tecnológico:** engloba assuntos relativos à ciência, tecnologia e inovação, saúde, agropecuária, comunicações, defesa e segurança, tecnologias críticas e transversais habilitadoras. Este pilar é o mais transversal, permeando os demais;

d) **Infraestrutura e Desenvolvimento Regional:** constituído por assuntos relacionados à infraestrutura, logística, defesa e segurança, desenvolvimentos urbano e regional, e integração e desenvolvimento da Amazônia e dos demais biomas brasileiros; e

e) **Soberania e Modernização do Estado:** trata de assuntos estratégicos que se referem à garantia da governança, defesa, segurança e aperfeiçoamento do Estado. Esse pilar agrega assuntos como coesão nacional, defesa, modernização dos serviços, geopolítica e segurança pública.

Esses pilares compreendem 28 assuntos estratégicos, vários dos quais possuem transversalidades, podendo aparecer em mais de um pilar. A distribuição dos objetivos estratégicos dentro de seus assuntos associados aos PE está contida no capítulo IV.

A concretização dos PE envolve o trabalho cooperativo e colaborativo de



várias áreas da sociedade, a fim de garantir a visão de país estabelecida nesta PNL. A execução estratégica de ações visando consolidar estruturalmente os pilares elencados, envolve o estabelecimento de uma Estratégia Nacional, próximo documento a ser elaborado pela Seae, na construção do arcabouço documental do planejamento de longo prazo do Estado. Para isso, tarefas devem ser delegadas e cumpridas pelos órgãos públicos, por meio de um monitoramento de indicadores que possibilitem a otimização dos resultados e a aplicação eficiente de recursos.

II. **Objetivos Nacionais de Longo Prazo**

A PNL ousa olhar e pensar o Brasil para meados do século XXI. Se hoje o país possui deficiências e enfrenta desafios ao desenvolvimento constante e sustentável, há que se pensar e planejar a atuação estratégica do poder público. É necessário definir objetivos de longo prazo que indiquem ações do Estado para aumentar a capacidade para o desenvolvimento e superar os obstáculos paulatinamente.

Com esses ONLP, relativos a 28 assuntos estratégicos, poder-se-á trabalhar para, aproveitando-se as oportunidades, compreender e superar os desafios que o Brasil enfrentará nas décadas vindouras. Da mesma forma, será possível orientar a formulação de estratégias, focadas nas prioridades para a ação do Estado que os objetivos representam, permitindo-se coordenar esforços e buscar a prosperidade e o bem-estar.

Atingir os ONLP será uma tarefa difícil, mas perfeitamente possível. Com a priorização, cooperação e conjugação de esforços de toda Administração Pública, em conjunto com a iniciativa privada e com o conhecimento dos reais objetivos da nação, cria-se uma condição importante e favorável para o desenvolvimento brasileiro, gerando-se oportunidades de investimentos, sinergia e alinhamento estratégico.

Esses objetivos, reunidos em pilares, constituídos de núcleos temáticos onde se verifica a existência de um maior grau de relação e transversalidade, indicam à sociedade o que se almeja atingir e onde se quer chegar, bem como quais as condições a serem paulatinamente alcançadas e mantidas pela nação com a PNL.

Com essa abordagem, foram definidos 71 ONLP, sendo agrupados em seus respectivos AEN e, conforme já exposto, em cinco PE, os quais leva-se ao conhecimento da sociedade, conforme segue.

1. **Pilar I - Desenvolvimento Social**

Tendências demográficas apontam para a mudança do perfil da população brasileira (composição e concentração das faixas etárias) com a estagnação do seu crescimento e envelhecimento, tendo como consequência pressões sobre o financiamento do sistema de proteção social.



Aliado a isso, a intensificação do fluxo migratório contribui com essa mudança, impactando a demanda por serviços públicos, a geração de empregos, a oferta de alimentos, a segurança pública, educação e determinando a necessidade de políticas públicas para os aspectos humanitários, sociais, econômicos, políticos e de segurança.

A partir dessas constatações e da conjuntura nacional, as estratégias para a ação do Estado e da iniciativa privada, com a priorização e foco nos objetivos a seguir listados, tendem a atacar essas questões e possibilitar uma evolução do desenvolvimento social.

AEN-1: Cidadania

ONLP-1: Posicionar o Brasil entre os países com melhores indicadores de desenvolvimento social.

ONLP-2: Promover o fortalecimento dos vínculos familiares e da solidariedade intergeracional.

ONLP-3: Tornar acessível e incentivar a prática esportiva e o lazer para toda a população.

ONLP-4: Minimizar o número de pessoas em situação de vulnerabilidade sócio econômica.

ONLP-5: Minimizar os danos associados ao uso e/ou abuso de drogas lícitas e ilícitas.

AEN-2: Cultura

ONLP-6: Ter reconhecida no exterior a qualidade da produção cultural brasileira.

ONLP-7: Tornar acessível e incentivar a cultura e a preservação do patrimônio cultural do país.

AEN- 3: Educação

ONLP-8: Possuir, formar e valorizar profissionais de educação com orientação para demandas estratégicas futuras.

ONLP-9: Promover a educação técnica e a profissional orientadas pelas demandas futuras.

ONLP-10: Universalizar o acesso à educação básica, possibilitando que todos os cidadãos tenham completado o ensino de nível médio com qualidade.

ONLP-11: Possuir profissionais em setores estratégicos que possam colocar o Brasil entre as principais potências mundiais.

ONLP-12: Ter consolidado o ensino e habilidades nas Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática.



AEN-4: Movimentos Migratórios

ONLP-13: Dispor de capacidade de atuação frente aos movimentos migratórios.

ONLP-14: Fomentar a atração de mão de obra qualificada focada nos interesses nacionais.

AEN-5: Saúde

ONLP-15: Mitigar vulnerabilidades e riscos à saúde individual e coletiva.

ONLP-16: Adequar o perfil de atendimento do sistema de saúde para demandas decorrentes do envelhecimento populacional.

ONLP-17: Aumentar a capacidade de enfrentamento a bioameaças e epidemias, incrementando a preparação e a resposta diante de situações de emergência e de necessidade de cooperação internacional.

AEN-6: Segurança Alimentar e Nutricional

ONLP-18: Maximizar o acesso da população brasileira a alimentos de qualidade, diversificados e seguros ao consumo.

AEN-7: Trabalho e Previdência

ONLP-19: Possuir um sistema previdenciário sustentável.

ONLP-20: Ter capacidade de adaptação frente às transformações produtivas e tecnológicas e seus impactos nas relações de trabalho.

AEN-8: Turismo

ONLP-21: Ter um setor de turismo desenvolvido, competitivo e que contribua para a redução das desigualdades regionais.

2. Pilar II – Desenvolvimento Sustentável

Este pilar congrega o potencial de desenvolvimento sustentável, aliando o crescimento econômico, a abundância e a diversidade natural às oportunidades e forças econômicas nacionais, observando os requisitos e peculiaridades para a proteção do meio ambiente. Em uma economia global interconectada, com o aumento contínuo dos fluxos de comércio internacional e de capital, as megatendências apontam para um crescimento econômico sustentado pelos países emergentes e estimulado, principalmente, por ganhos de produtividade, por melhorias na qualidade do capital humano e por reformas estruturais.

Os assuntos e objetivos oferecem elementos a serem utilizados como



um marco geral para orientar as estratégias, as metas, os programas e as ações de governos, de empresas e da sociedade civil, visando ao desenvolvimento nacional sem descuidar da proteção das riquezas naturais e do ambiente em que vivemos.

AEN-9: Agropecuária

ONLP-22: Liderar o agronegócio mundial.

ONLP-23: Ter as cadeias produtivas agropecuárias brasileiras alicerçadas sobre sistemas sustentáveis, resilientes e produtivos.

AEN-10: Amazônia

ONLP-24: Explorar sustentavelmente os recursos naturais da Amazônia.

AEN-11: Meio Ambiente

ONLP-25: Ter ampla capacidade de enfrentamento aos desafios nacionais relacionados à segurança hídrica, à mudança do clima e aos eventos extremos.

ONLP-26: Impulsionar a economia verde, respeitando as particularidades de cada bioma.

ONLP-27: Proteger os ecossistemas marinhos e garantir o uso sustentável do mar.

AEN-12: Economia

ONLP-28: Possuir uma economia circular e sustentável.

ONLP-29: Ampliar a participação do uso de recursos da bioeconomia na economia nacional.

ONLP-30: Aumentar a inserção nacional nos fluxos globais de comércio e investimentos.

ONLP-31: Possuir uma economia digital dinâmica, produtiva, competitiva, integrada e desburocratizada.

ONLP-32: Alcançar e manter o crescimento econômico sustentável.

ONLP-33: Posicionar o Brasil entre as economias de maiores indicadores de produtividade e competitividade.

AEN-13: Mineração

ONLP-34: Maximizar a agregação de valor e a participação da indústria da mineração na economia.



3. **Pilar III – Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

O progresso científico será cada vez mais impulsionado pela intensa interação entre os vários campos da física, da biologia molecular, da informática e das TICs. Vislumbra-se a aceleração do desenvolvimento com uma visão interdisciplinar, com aplicações tecnológicas cada vez mais integradas, tendo a internet como a espinha dorsal das economias em desenvolvimento. Como tendência, há necessidade de investimentos para o desenvolvimento e a aplicação nos campos tecnologia quântica, da nanotecnologia, biotecnologia e tecnologia nuclear, em especial nas comunicações e na produção e conservação de alimentos.

Avanços em áreas como novos materiais e bioengenharia estão mudando os princípios farmacêuticos e de cuidados médicos. No que diz respeito a inovações em produtos e serviços para saúde humana, verifica-se a alta probabilidade de avanço em gerontologia e tecnologias genéticas, com o uso de nano *chips* e tecnologia de micro sensores, transplantes de órgãos, células nervosas, retina etc. Isso propiciará um aumento substancial na qualidade de vida.

Assim, os objetivos desse pilar indicam a importância de se buscar o desenvolvimento no campo científico e tecnológico. Essa é uma condição necessária para estar entre os países emergentes mais promissores na segunda metade do século XXI.

Para isso, é importante ter autonomia e capacidades em áreas portadoras de futuro e estratégicas.

AEN-14: Ciência, Tecnologia e Inovação

ONLP-35: Assegurar a soberania científica e tecnológica nacional em áreas estratégicas.

ONLP-36: Ter autonomia em soluções baseadas em ciência, tecnologia e inovação para superação dos desafios enfrentados pela nação brasileira.

AEN-15: Indústria e Tecnologia da Saúde

ONLP-37: Consolidar o complexo econômico-industrial da saúde.

ONLP-38: Incentivar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação para a produção de medicamentos, vacinas, biotecnológicos e tecnologias em saúde.

ONLP-39: Expandir o uso da telemedicina na prática médica, em especial no atendimento às populações em áreas remotas.

AEN-16: Comunicações

ONLP-40: Estar entre os países mais avançados nas tecnologias de informação e de comunicação.



AEN-17: Agropecuária³

ONLP-41: Liderar mundialmente a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico e a inovação no setor agropecuário.

AEN-18: Tecnologias Críticas

ONLP-42: Ter autonomia no desenvolvimento de tecnologias críticas e/ou sensíveis, sobretudo dos setores nuclear, espacial e cibernético.

AEN 19: Tecnologias Transversais Habilitadoras

ONLP-43: Fomentar e fortalecer a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias transversais habilitadoras (cibernética, nanotecnologia, materiais avançados, fotônica, tecnologias digitais, biotecnologia, web 3.0, inteligência artificial e outras).

4. Pilar IV – Infraestrutura e Desenvolvimento Regional

Não há dúvidas quanto à importância da infraestrutura, como um conjunto de atividades e estruturas fundamentais para o desenvolvimento de outras atividades. Assim, ter uma infraestrutura adequada é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de uma região e do país, permitindo que as empresas e as organizações se desenvolvam, bem como que as pessoas tenham acesso a serviços básicos fundamentais para o seu bem-estar.

Para reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, é necessária a criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Por essa razão, a relação direta de dependência e sinergia entre a existência de infraestrutura adequada e o desenvolvimento regional é tão forte. Um sem o outro fica prejudicado.

Os objetivos relacionados nesse pilar indicam a necessidade de se priorizar regiões e serviços com vistas a que os benefícios do desenvolvimento sejam usufruídos por toda a população em qualquer lugar do país.

AEN-20: Integração e Desenvolvimento da Amazônia

ONLP-44: Consolidar a integração da Amazônia às demais regiões do País.

³ No Plano Estratégico do Mapa 2020-2031, o termo "agropecuária" teve seu conceito expandido para incluir as diversas áreas cobertas pelas cadeias produtivas vegetal e animal, sendo conceituado como: "...atividades relacionadas à agricultura e pecuária, as atividades florestais, aquícolas, pesqueiras, extrativistas, seus beneficiamentos e assuntos fundiários".



ONLP-45: Dotar a Amazônia de infraestrutura adequada ao seu desenvolvimento e ao bem-estar da sua população.

AEN-21: Desenvolvimento Regional

ONLP-46: Minimizar as desigualdades econômicas, sociais e regionais.

ONLP-47: Ter ordenamento fundiário rural moderno, com segurança fundiária, direito à propriedade, segurança jurídica e sustentabilidade.

AEN-22: Desenvolvimento Urbano

ONLP-48: Minimizar o déficit habitacional.

ONLP-49: Possuir condições adequadas de mobilidade urbana.

AEN-23: Infraestrutura

ONLP-50: Universalizar o acesso aos serviços de infraestrutura.

ONLP-51: Maximizar o uso de energias renováveis e de energias limpas, mantendo a elevada participação de fontes renováveis na matriz energética nacional.

ONLP-52: Possuir segurança energética, considerando a modicidade tarifária e a sustentabilidade ambiental.

ONLP-53: Possuir eficiência logística.

ONLP-54: Garantir o saneamento básico.

ONLP-55: Possuir uma matriz de transporte eficiente.

ONLP-56: Possuir infraestruturas energéticas inteligentes em todo o territorial nacional.

5. Pilar V – Soberania e Modernização do Estado

O Estado precisa desenvolver sua capacidade de atuar em defesa do seu território, do seu povo e dos assuntos estratégicos para o seu desenvolvimento. Precisa se modernizar e cooperar para atender às demandas inerentes à cidadania e prestar serviços públicos de qualidade em todo o território.

Uma nação precisa ser soberana em suas decisões e nos rumos que deseja tomar na defesa dos seus interesses. O sentimento e o desejo de pertencimento, orgulho, o amor e a devoção do povo ao seu país são algumas das características importantes na coesão e na identidade nacional, fortalecendo a sua soberania. Tal questão é tão relevante que consta como o primeiro princípio fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil.

A força da transversalidade e sinergia dos AEN e ONLP, a seguir, corroboram as afirmativas para esse pilar, indicando as bases e a necessidade de

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



serem priorizados para o desenvolvimento nacional.

AEN-24: Coesão nacional e patriotismo

ONLP-57: Fortalecer os valores morais, éticos e cívicos na sociedade

AEN-25: Defesa e Segurança Nacional

ONLP-58: Ampliar a capacidade de dissuasão.

ONLP-59: Garantir a soberania, a integridade territorial, o patrimônio e os interesses nacionais.

ONLP-60: Desenvolver a defesa e a segurança cibernéticas.

ONLP-61: Fortalecer a base industrial de defesa, incluindo-se sua cadeia produtiva.

ONLP-62: Possuir resiliência nas infraestruturas críticas nacionais.

AEN-26: Geopolítica

ONLP-63: Alcançar e manter autonomia estratégica nos campos político, econômico, militar, científico-tecnológico, diplomático, ambiental e cultural.

ONLP-64: Ampliar a inserção brasileira no concerto mundial das nações, potencializando a postura pacífica e cooperativa do Brasil, para fortalecer a capacidade do país de exercer influência no ambiente e nos processos decisórios no âmbito internacional.

AEN-27: Modernização do Estado

ONLP-65: Possuir uma Administração Pública eficiente, transparente e íntegra.

ONLP-66: Dispor de serviços públicos de qualidade e acessíveis a toda a população.

ONLP-67: Ter um pacto federativo eficiente.

ONLP-68: Possuir um sistema tributário eficiente.

AEN-28: Segurança Pública

ONLP-69: Posicionar-se entre os países com as menores taxas de criminalidade e violência.

ONLP-70: Possuir sistemas de prevenção e combate aos crimes cibernéticos.

ONLP-71: Ampliar a capacidade de prevenção e combate aos crimes transnacionais e transfronteiriços.



III. Considerações Finais

A PNLP não esgota as orientações necessárias para o atingimento dos ONLP, uma vez que é um elo entre outros que se seguirão, todos ligados primariamente e fundamentalmente à Constituição Federal.

Esta PNLP abrange o horizonte de 36 anos a partir de sua publicação, indicando os macro-objetivos para a concretização do pleno potencial brasileiro, tanto o de suas riquezas naturais quanto o do poder criativo de seu povo. Por isso, os ONLP aqui listados traduzem expressões de vontade, de querer ser e/ou estar, as mais abrangentes e sintéticas possíveis.

Certamente existem muitos outros objetivos importantes a serem atingidos pelo país em vários níveis e setores. Porém os apresentados neste documento são os de caráter estratégico, básicos e impulsionadores para outros objetivos, sendo, portanto, não apenas importantes, mas indispensáveis para a vida e o desenvolvimento nacionais.

Os ONLP foram selecionados dentro da perspectiva dos AEN que, por sua vez, são diretamente alinhados ao que a Constituição brasileira prioriza em seu texto, sempre em harmonia com as percepções do panorama nacional e o contexto internacional em que o país se insere.

Por isso, a seleção dos AEN com os ONLP a eles vinculado deve contemplar as conjunturas nacional e internacional, acompanhadas do vislumbre das megatendências internacionais que sinalizam, ao longo da jornada do planejamento de longo prazo brasileiro, os importantes aspectos a serem levados em consideração na tomada de decisões, evitando-se ao máximo imprecisões e perda de foco no rumo planejado.

Ademais, é feito um esforço de prospecção com métodos reconhecidos nos meios acadêmico e profissional para a identificação das grandes possibilidades que se desenham no futuro, levando-se em consideração tanto a conjuntura quanto as megatendências e os desafios nacionais, acrescidas de propostas elencadas para a lide com os cenários apresentados.

Considerando-se os cenários identificados e sua correlação com os ONLP, a PNLP foi elaborada com o fim de se atingir o cenário otimista, gerando subsídios para as melhores escolhas de investimentos que possibilitem o atendimento de necessidades as quais, uma vez satisfeitas, resultarão no bem-estar nacional em longo prazo:

- a) a criação do ambiente institucional necessário para se atingir o alto retorno de investimentos e o alto valor agregado de produtos e serviços;
- b) a necessária atualização e racionalização da legislação concernente às áreas consideradas estratégicas tornando-a objetiva e desburocratizando o ambiente de negócio;
- c) a concentração de investimentos nas áreas econômicas de alto valor agregado, visando à maior integração de interesses e competitividade possível;



- d) a geração de mecanismos de investimentos multissetoriais que melhorem significativamente os indicadores de segurança pública;
- e) o equilíbrio do desenvolvimento regional por meio dos recursos de tecnologias, cidades inteligentes, infraestrutura adequada, produção e criação de empregos;
- f) a inclusão do Brasil na lista de países com os mais elevados índices de desenvolvimento humano;
- g) tornar o país autossuficiente em áreas estratégicas, tais como: saúde, educação, energia, defesa, CT&I, espacial, aeronáutico, cibernético, nuclear, sistemas inteligentes e autônomos, tecnologia da informação, tecnologia da comunicação, agronegócio, fármacos, radiofármacos, tecnologia assistiva, entre outras que vierem a ser elencadas e priorizadas;
- h) a garantia da soberania nacional no domínio das áreas de conhecimento estratégico desejadas pela nação, sem afetar a relação de parcerias internacionais estratégicas;
- i) a ampliação e diversificação dos sistemas de comunicação para que atinjam todo o território nacional;
- j) diversificação da matriz energética brasileira, com investimentos em fontes alternativas e renováveis de energia;
- k) o crescimento e amadurecimento do sistema de inovação nacional;
- l) uma maior integração dos entes públicos e privados nos temas de governança, gestão, ciência e tecnologia;
- m) o desenvolvimento de uma base sólida de conhecimento científico e tecnológico, acompanhada de mecanismos efetivos de proteção contra cerceamentos;
- n) a proteção dos ativos dos patrimônios de todos os setores do sistema institucional nacional, tais como: educação, CT&I, indústria, bioeconomia, biotecnologia e biodiversidade;
- o) a estruturação de uma base educacional atualizada, madura e efetiva que possibilite o suporte aos projetos de desenvolvimento nacional, em qualidade e quantidade suficiente por parte dos egressos;
- p) o desenvolvimento da base industrial nacional, incluindo a base industrial de defesa, com o fortalecimento, autonomia e independência das cadeias produtivas e de suprimentos;
- q) posicionar o Brasil entre os países mais competitivos nos mercados internacionais;
- r) a plena participação brasileira no ambiente internacional de produtos e serviços de alto valor agregado;
- s) o fortalecimento da política externa nacional para o posicionamento geopolítico e geoestratégico adequados à defesa dos interesses e da soberania nacionais; e



t) a elevação da taxa de empregabilidade, em especial, nos empregos de alta especialização e retorno de investimento.

Essas necessidades são encontradas no conjunto dos temas vitais à nação e que influenciam o seu desenvolvimento integral. Levá-las em consideração é pré-requisito fundamental para o atingimento daquilo que o Brasil deseja ser e onde aspira estar em 36 anos.

Por isso, os AEN e os ONLP foram, assim, identificados, selecionados e, na sequência, agrupados em pilares de sustentação da proposta da Política que, novamente, não ignoram outros que possam ser pensados, mas indicam uma importante síntese que facilita a visualização do caminho a ser tomado no atendimento das necessidades, anseios e interesses do Estado brasileiro.

Esta proposta de iniciativa da Administração Pública Federal inserirá o Brasil no rol das nações que pensam estrategicamente no longo prazo e à frente de seu tempo, utilizando-se das melhores práticas internacionais desenvolvidas em planejamento estratégico de longo prazo. Seu desdobramento natural será, na sequência, a Estratégia Nacional de Longo Prazo, onde as ações implícitas nos ONLP, com estratégias, ações estratégicas e orientações associadas a cada um, serão detalhadas.

Desse modo, a nação brasileira segue em passos firmes e contínuos na defesa de sua soberania, na busca de seus interesses e no atendimento de suas necessidades, atuando harmoniosamente no concerto dos povos e realizando sua vocação democrática, pacífica, livre e justa, com vista ao seu pleno desenvolvimento.



Brasília, 29 de Dezembro de 2022

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Longo Prazo (PNLP), no âmbito nacional, com foco na construção de um documento que oriente as ações de Estado, com priorização estratégica de temas que precisam ser tratados como base para o desenvolvimento nacional, constituindo-se como um marco referencial em forma de lei.
2. Com horizonte de 36 anos a partir de sua publicação, a PNLП se insere num conjunto de propostas que visam ao desenvolvimento nacional, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, especificamente no § 1º do artigo 174, que trata da ordem e do progresso do País, estruturados harmoniosamente em suas diversas dimensões. Verifica-se, também, na Carta Magna, o embasamento sólido das perspectivas de progresso da República, em relação a seus fundamentos e em direção aos seus objetivos fundamentais, expostos em seus Artigos 1º e 3º.
3. A República Federativa do Brasil chega ao ano de 2022, em seu bicentenário de Independência, vivenciando desafios próprios e do cenário internacional, muitas vezes indissociáveis, que continuarão a se fazer sentir nos anos à frente. O planejamento com horizonte de longo prazo é essencial para permitir o crescimento ordenado, vislumbrar oportunidades, lidar com desafios e concentrar esforço em áreas estratégicas nacionais com forte potencial de desenvolvimento. Se faz imprescindível para nortear políticas públicas, utilizar mais efetivamente os recursos e servir como referência na delimitação e reordenação de rotas para gestores nas mais diversas esferas.
4. Igualmente, objetiva-se a colaboração com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, conforme disposto na Lei 10.180/2001, em seu Artigo 2º Incisos I e II, uma vez que a PNLП trará contribuições para a formulação do planejamento estratégico nacional e de planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento econômico e social.
5. Sendo assim, a proposta da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SEAE/PR) de “pensar o Brasil, construir o futuro” materializa-se respaldada pelo exercício de suas atribuições, conforme dispostas no Decreto 10.374/2020, alterado pelo Decreto 10.817/2021. Isso é feito com uma perspectiva abrangente e multissetorial, por meio de reflexões e apoio ao planejamento de longo prazo e trabalho em parceria com os entes setoriais.
6. A PNLП organiza os principais assuntos nacionais concernentes ao desenvolvimento em 5 Pilares Estratégicos, a saber: Soberania e Modernização do Estado; Infraestrutura e Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Sustentável; e Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Os Pilares, por sua vez, são desdobrados em 28 Assuntos Estratégicos Nacionais (AEN), que compreendem, a seu turno, 71 Objetivos Nacionais de Longo Prazo (ONLP), orientadores dos planejamentos, projetos e ações de médio e curto.

7. A definição das bases da PLNP, Pilares Estratégicos, Assuntos e Objetivos Estratégicos contou com a colaboração e participação cooperativa de todos os entes setoriais, com subsídios colhidos em consulta a especialistas, workshop e análises reiteradas por meio de ferramentas tecnológicas que utilizaram as políticas, estratégias e planos já existentes em conjunto com o material produzido para se elaborar a proposta ora submetida.

8. São essas, Senhor Presidente, as razões que justificam a proposta de Projeto de Lei que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: **Ciro Nogueira Lima Filho***



Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1, de 2023, que “Institui a Política Nacional de Longo Prazo”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 759, de 2022.

Brasília, 5 de abril de 2023.



MENSAGEM Nº 136



de tramitação do referido projeto.

7. São esses, Senhor Presidente, os argumentos que justificam submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Mensagem.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Simone Nassar Tebet

Apresentação: 10/04/2023 16:24:00.000 - Mesa

MSC n.136/2023

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



* C D 2 3 2 5 4 2 7 2 2 0 0 *

LexEdit

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988!art21
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988!art174

FIM DO DOCUMENTO